

**RANDON S.A. Implementos e Participações**

CNPJ 89.086.144/0001-16

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA DIRETORIA****Destinação do Lucro Líquido – 2010**

**Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2010.**

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, bem como da destinação dos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta 2010 (R\$)	Destinações		
		2009 (R\$)	2008 (R\$)	2007 (R\$)
Lucro líquido do exercício	249.493.005,60	138.126.386,80	231.594.998,51	172.625.129,69
(-) Ajustes - Lei 11.638/07	(6.632.553,46)		3.306.457,19	
(+) Ajustes - IFRS	5.141.435,22			
Lucro após ajustes	248.001.887,36		234.901.455,70	
Reserva legal	12.400.094,37	6.906.319,34	11.747.319,40	8.633.503,09
(+) Realização de Reservas	44.932,20	44.932,20	44.932,20	44.932,20
Reserva de investimento e capital de giro (estatutária)	157.074.307,57	87.071.853,09	150.479.708,83	108.706.083,34
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	52.522.679,73	32.090.978,90	38.397.594,13	40.796.717,71
Dividendos	26.049.737,89	12.102.167,67	34.321.765,54	14.533.757,75

**Reserva Legal**

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea "a" do § 1º do Artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

**Reserva Estatutária (Reserva de Investimento e Capital de Giro)**

O Artigo 194 da Lei 6404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto no § 2º do Artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro ajustado, após dele deduzido o dividendo obrigatório, será destinado a Reserva de Investimento e Capital de Giro, a qual terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas.

### **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6404/76 e a alínea “b” do § 1º do Artigo 36 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% (trinta por cento) do lucro ajustado como dividendo mínimo obrigatório.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, § 1º da Lei 6404/1976, ou, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; (ii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2010 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do lucro ajustado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas ex-dividendos a partir do dia seguinte àquele de sua declaração e a data do pagamento será informada por Aviso aos Acionistas, publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia e disponibilizado na rede mundial de computadores.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2010, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 (três) exercícios anteriores:

<b>Exercício de 2010</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido	249.493.005,60	
(-) Ajustes - Lei 11.638/07	(6.632.553,46)	
(+) Ajustes - IFRS	5.141.435,22	
Lucro após ajustes	248.001.887,36	
Reserva Legal	12.400.094,37	
(+) Realização de reservas	44.932,20	
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	235.646.725,19	
Dividendos – 30% do lucro ajustado	70.694.015,65	0,29330059
Juros sobre o capital próprio pagos em 23/07/2010 e 27/01/2011		
Valor bruto	52.522.679,73	0,21791000

Valor líquido de IRF	44.644.277,76	0,18522349
Dividendos a serem declarados na próxima AGO	26.049.737,89	0,10807710

<b>Exercício de 2009</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido	138.126.386,80	
Reserva Legal	6.906.319,34	
(+) Realização de reservas	44.932,20	
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	131.264.999,66	
Dividendos – 30% do lucro ajustado	39.379.499,90	0,24507089
Juros sobre o capital próprio pagos em 10/07/2009 e 28/01/2010		
Valor bruto	32.090.978,90	0,20000000
Valor líquido de IRF	27.277.332,07	0,16975533
Dividendos pagos em 23/04/2010	12.102.167,67	0,07531556

<b>Exercício de 2008</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido	231.594.998,51	
(+) Ajustes – Lei 11.638/07 e realização de reservas	3.351.389,39	
Reserva Legal	11.747.319,40	
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	223.199.068,51	
Dividendos – 30% do lucro ajustado	66.959.720,55	0,417914130
Juros sobre o capital próprio pagos em 03/07/2008 e 27/01/2009		
Valor bruto	38.397.594,13	0,239650000
Valor líquido de IRF	32.637.955,01	0,203702490
Dividendos pagos em 24/04/2009	34.321.765,54	0,214211627

<b>Exercício de 2007</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido	172.625.129,69	
(+) Realização de reservas	44.932,20	
Reserva Legal	8.633.503,09	
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	164.036.558,80	
Dividendos – 30% do lucro ajustado	49.210.967,80	0,30713925
Juros sobre o capital próprio pagos em 25/07/2007 e 29/01/2008		
Valor bruto	40.796.717,71	0,25427000
Valor líquido de IRF	34.677.210,05	0,21643005
Dividendos pagos em 30/04/2008	14.533.757,75	0,09070920

Caxias do Sul, 9 de março de 2011.

David Abramo Randon

Alexandre Randon

Astor Milton Schmitt

Erino Tonon

**Assembleia Geral Ordinária de 18.04.2011**  
**Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia**  
**nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência**

---

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores cfe. item 10 da mesma instrução.

**1) Comentário dos administradores**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

**2008**

A cadeia automotiva colheu os frutos da expansão da economia do país. Recordes sobre recordes foram registrados. Nem mesmo o agravamento da crise financeira tirou o brilho dos números acumulados no exercício em análise. Este cenário também direcionou os resultados das Empresas Randon.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 4,6 bilhões**, avanço de **26,6%** comparado com 2007;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 3,1 bilhões**, crescimento de **20,9%** em relação a 2007;
- **EBITDA** de **R\$ 520,8 milhões**, avanço de 34,0% comparado com 2007;
- **R\$ 231,1 milhões de lucro líquido consolidado** em 2008, **33,3%** mais que 2007 e **Margem Líquida** de **7,6%**;

A Companhia está focada em soluções voltadas ao transporte de cargas e componentes relacionados interagindo com os diversos setores econômicos. Onde existe necessidade de transporte lá está a Randon com seus produtos, sejam eles implementos rodoviários, ferroviários ou componentes e peças que compõem grande parte dos caminhões, ônibus e semi-reboques fabricados no Brasil e no exterior. Esta dinâmica nos proporciona uma exposição diversificada e reduz riscos de concentração em setores específicos da economia. E quando todos os setores têm desempenho positivo avançamos da mesma forma. Os resultados deste exercício justificam estas colocações.

O ano foi marcado também pela inflação na cadeia de insumos. As variações nos preços das commodities, siderúrgicos, energéticos, petróleo e derivados atingiram todos, em nível global. A Companhia trabalhou de maneira intensiva para preservar a competitividade e resultados, seja com ações de redução de custos, ganhos de eficiência e escala ou esforços na área comercial e financeira.

O agravamento da crise financeira, no último trimestre do ano, impactou de maneira significativa a demanda e os investimentos de todos os setores. Nos negócios das Empresas Randon, houve cancelamentos de pedidos na área de implementos e ajustes nos programas de compras das montadoras. Estes eventos foram promovidos, sobretudo pela retração e encarecimento do crédito, amplamente divulgados pela imprensa local e internacional. As empresas continuarão acompanhando possíveis ajustes nos padrões de produção e consumo.

Em 2008 foram investidos R\$ 280,7 milhões para avançar em capacidade, renovação e modernização de ativos e integração da cadeia de suprimentos, meio

ambiente e qualificação de pessoas. E, mesmo com um cenário potencialmente mais desafiador, será mantido um nível mínimo de investimentos em 2009, acreditando na retomada do crescimento e no avanço dos negócios.

## 2009

Um olhar detalhado sobre o ano de 2009 revela momentos e situações bastante distintas. Extremos provocados pelo efeito da crise financeira mundial, instalada no último trimestre de 2008, e a euforia da retomada nos três meses finais do ano. O período marca com precisão o momento de maior cautela no mercado até o retorno mais intenso da atividade: exatamente um ano.

A crise provocou uma redução forte da demanda, cancelamentos de ordens de produção e paralisação dos mercados externos. Estes eventos foram potencializados pela escassez de crédito e a falta de confiança. O somatório deste cenário desenhou um início de ano bastante difícil para a Companhia, sem precedentes nos últimos anos. E, embora o ano tenha sido em sua maior parte desafiador, a postura proativa diante das incertezas permitiu um desempenho satisfatório no fechamento do ciclo.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 3,7 bilhões**, recuo de 18,6% comparado com 2008;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 2,5 bilhões**, queda 19,3% em relação a 2008;
- **EBITDA** de **R\$ 300,8 milhões**, decréscimo de 42,2% comparado com 2008;
- **R\$ 138,9 milhões de lucro líquido consolidado** em 2009, 39,9% menos que 2008 apresentando **Margem Líquida** de 5,6% **sobre receita líquida consolidada**;

Durante o momento de maior *stress*, a Companhia adotou, entre outras medidas, em consenso com seus colaboradores e sindicato da categoria, regime de flexibilização de jornada de trabalho, prevendo reduções de custos, adequação da capacidade e manutenção de empregos. No lado mercadológico as áreas comerciais foram orientadas a analisar o mercado e suas possibilidades de forma dinâmica, criativa e inovadora, voltada à manutenção e ampliação da participação de mercado independente do segmento.

O retorno da demanda só foi intensificado com o pacote de medidas anticíclicas (renúncia fiscal, ampliação dos prazos e redução do custo dos financiamentos) anunciadas pelo governo no final do primeiro semestre. Em especial os ajustes e benefícios relacionados ao financiamento de veículos comerciais foram os propulsores da recuperação da demanda no último trimestre do ano, com avanços significativos nas vendas de caminhões e veículos rebocados a partir de setembro.

O fato de estar exposta aos diversos setores da economia permitiu à Companhia aproveitar os poucos bons momentos do ano em cada setor e traduzir isto em novas demandas. Cabe destacar alguns pedidos expressivos na área de rebocados, veículos especiais e vagões ferroviários.

Na esfera dos investimentos foram priorizados os aportes para conclusão daqueles iniciados anteriormente a 2009. No exercício em análise foram investidos R\$ 123

milhões. Mesmo com os desafios já apresentados, este nível de investimentos reforça a convicção na retomada do crescimento e no avanço dos negócios.

## 2010

A Randon concentra a maior parte de seus negócios direcionados ao mercado doméstico. Acima de 85% da sua receita foi relativo às vendas em território brasileiro. O momento atual da economia do Brasil trouxe reflexos positivos em diversos setores e, como já explorado nos relatórios trimestrais da Companhia, esta interação diversificada dos negócios com todos os diferentes setores econômicos proporciona resultados consistentes, equilibrados e sustentáveis no longo prazo.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 5,6 bilhões**, 51,0% de crescimento em relação a 2009;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 3,7 bilhões**, 50,6% superior a 2009;
- **EBITDA** de **R\$ 541,4 milhões**, 82,0% maior se comparado com 2009;
- **R\$ 249,5 milhões** de **lucro líquido consolidado** em 2010, com **Margem Líquida** de **6,7%** sobre receita líquida consolidada;

O desempenho da indústria automotiva doméstica que produziu 191.321 caminhões (+54,7% comparado a 2009), 45.879 chassis de ônibus (+32,8% em relação a 2009) e 63.752 veículos rebocados (+46% sobre 2009) impactou de forma positiva as vendas nos diferentes segmentos da Companhia. (*Fontes: Anfavea / Anfir-Fenabreve / Holding Randon*).

De fato, em números absolutos, no âmbito de produção, volume de vendas e resultado, o ano de 2010 foi o ano dos recordes da Randon. Jamais em sua história houve números de tamanha grandeza. É sabido também, que parte deste crescimento foi motivado pelas medidas de incentivos providas pelo governo federal como renúncia fiscal, ampliação dos prazos e redução do custo dos financiamentos. Parte destes benefícios ainda são vigentes para o próximo exercício.

A alta demanda por produtos e serviços da Companhia exigiu atenção adicional à adequação de capacidade, pequenos problemas de fornecimento na área de suprimentos e contratação e treinamento de mão de obra qualificada. Por outro lado, a alta utilização da capacidade, em muitos momentos acima de 90%, permitiu ganhos de eficiência e produtividade, contabilizadas no incremento de margens quando comparadas ao exercício anterior.

O ritmo de investimentos também retomou aos níveis históricos, fechando o ano de 2010 com R\$ 190,5 milhões. Este montante foi direcionado ao aumento de capacidade nas diferentes linhas de produtos, reposição de ativos depreciados, modernização, desenvolvimento de novos produtos e ferramentais diversos. Vale destacar também, o início da implantação do novo ERP (*Enterprise Resource Planning*), que deverá ser concluído no próximo exercício.

### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

#### **i) Hipótese de resgate**

Não se aplica.

#### **ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Randon apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. O endividamento líquido em 2010 foi R\$70,9 milhões, o equivalente a um múltiplo de 0,13 do EBITDA.

**Direitos e obrigações por recursos de consorciados**

Refere-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferido para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques atrelados às operações de exportações.

Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o BNDES.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs, pré pagamento, pré embarque, FINEP e BNDES.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

- i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

## Financiamentos (R\$ milhões)

	Indexador	Juros	Controladora	Consolidado
			2008	2008
<b>Moeda nacional:</b>				
FINAME	URTJLP / TJLP	2,5% a 5,6% a.a.	28	1.575
FINEP	TJLP	2,5% a 3% a.a.	12.170	66.710
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	103
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	0,1% a 0,2% a.m.	3.853	4.087
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	-	7.713
BNDES	URTJLP / TJLP	2,2% a 5,4 % a.a.	153.854	321.871
<b>Moeda estrangeira:</b>				
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 8.500 mil na controladora e US\$ 31.402 mil no consolidado	Varição cambial + Libor	2,65% a 6,15% a.a.	38.683	74.273
Financiamento de US\$ 27.742 mil na controladora e US\$ 50.212 mil no consolidado	Varição cambial + Libor	0,75% a 6,17% a.a.	78.039	132.166
Empréstimo de capital de giro de US\$ 12.264 mil	Varição cambial UMBND / Varição Cambial	11,5% a 12,5% a.a.	-	7.723
BNDES	Cambial	2,5% a 4,5 % a.a.	13.857	38.526
			300.484	654.747
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			107.826	225.231
Passivo não circulante			192.658	429.516



	Indexador	Juros	Vencimento	BRGAAP			IFRS		
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>Circulante</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/05/2011	-	-	28	12	488	955
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	7.969	3.484	3.419	22.615	15.731	11.472
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	103
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	14/08/2011	165	1.533	2.327	169	1.600	2.544
Incentivo fiscal - Fundopem (*)	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	181	-	-	181	-	-
BNDES	URTJLP / TJLP	2,2% a 4,5% a.a.	16/01/2018	16.465	19.081	20.190	51.030	49.618	43.978
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 5,5% a.a.	17/06/2013	192.049	964	50.049	249.361	22.259	77.116
<b>Moeda estrangeira:</b>									
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 19.568 mil	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	10/03/2012	6.563	6.865	18.854	32.605	46.742	54.444
Financiamento de US\$ 11.261 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 6,17% a.a.	15/10/2017	2.316	240	9.973	18.763	7.987	21.968
Empréstimo de capital de giro de US\$ 3.855 mil	Badlar	9,7% a.a.	31/08/2014	-	-	-	6.423	9.555	5.371
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2018	1.455	2.006	2.986	5.664	12.724	7.280
				<u>227.063</u>	<u>34.173</u>	<u>107.826</u>	<u>365.823</u>	<u>166.699</u>	<u>225.231</u>
<b>Não circulante</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	-	-	-	-	-	12	620
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	41.732	35.362	8.751	75.576	74.797	55.237
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	-	-	173	1.525	-	177	1.543
Incentivo fiscal - Fundopem (*)	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	535	753	-	26.986	11.652	7.713
BNDES	URTJLP / TJLP	2,2% a 4,5% a.a.	16/01/2018	95.073	64.657	83.615	205.540	194.735	180.905
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 5,5% a.a.	17/06/2013	361.360	174.780	-	548.411	293.641	19.872
<b>Moeda estrangeira:</b>									
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 625 mil	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	10/03/2012	1.041	7.935	19.830	1.041	7.935	19.829
Financiamento de US\$ 35.906 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 6,17% a.a.	15/10/2017	38.485	48.064	68.066	59.827	79.448	110.198
Empréstimo de capital de giro de US\$ 6.134 mil	Badlar	9,7% a.a.	31/08/2014	-	-	-	10.220	11.799	2.352
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2018	10.398	5.793	10.871	27.898	29.075	31.247
				<u>548.624</u>	<u>337.517</u>	<u>192.658</u>	<u>955.499</u>	<u>703.265</u>	<u>429.516</u>
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<u><b>775.687</b></u>	<u><b>371.690</b></u>	<u><b>300.484</b></u>	<u><b>1.343.322</b></u>	<u><b>889.965</b></u>	<u><b>654.747</b></u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 234.970 (R\$ 240.114 em 31/12/2009 e R\$ 191.179 em 01/01/2009), hipoteca no valor de R\$ 20.829 (R\$ 49.432 em 31/12/09 e R\$ 59.111 em 01/01/2009); bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$ 54.867 (R\$ 65.779 em 31/12/2009 e R\$ 137.661 em 01/01/2009); notas promissórias e carta fiança no valor de R\$ 66.595 (R\$ 17.332 em 31/12/2009 e R\$ 57.575 em 01/01/2009).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2010 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

#### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros entre 3% a.a. e 4% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado é no valor de R\$ 86.747 (R\$ 60.623 em 31 de dezembro de 2009).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

A Companhia classifica esta operação como um financiamento para capital de giro, com juros e prazos subsidiados.

A controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. obteve do governo do Estado do Rio Grande do Sul, incentivo fiscal vinculado à geração de empregos, denominado Fundopem Nosso Emprego, em agosto de 1998, encerrado em novembro de 2010.

A Empresa calcula o valor do benefício de acordo com regras especificadas no protocolo 18/98, na Lei nº 11.028/97 e demais legislações pertinentes, como a Resolução Normativa nº 40/97. A estrutura do cálculo é baseada na Instrução Normativa DRP nº 45/98, título 1, capítulo V, item 6.0. A planilha utilizada para este cálculo é mensalmente enviada e submetida à análise do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP).

Seguindo orientações da Lei nº 11.638/07 e CPC 07, a controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., obteve a título de incentivo o montante de R\$ 11.762 até 31 de dezembro de 2010 (R\$ 13.013 até 31 de dezembro de 2009) reconhecido no demonstrativo de resultados consolidado.

Em suas demonstrações financeiras individuais a controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. contabilizou este montante em conta de resultado, com transferência para conta específica de Reserva de Investimentos Incentivados no Patrimônio Líquido.

A controlada não pretende distribuir este montante como lucros, tendo como destinação futura apenas para aumento de capital.

#### **Fontes de Liquidez adicional**

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

#### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

#### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não se aplica.

#### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

#### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não se aplica.

### **10.2. Comentários dos Administradores**

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

#### **a. Resultados das operações do emissor:**

##### **i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

##### **ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

#### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados.

	IFRS			2008
	2010	BRGAAP 2009	2009	
<b>Receita Bruta Total</b> sem eliminações	5.594.055	3.703.828	3.703.828	4.551.299
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	3.718.972	2.469.544	2.469.544	3.059.478
<b>Lucro Bruto Consolidado</b>	906.604	561.693	578.187	833.690
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	249.493	135.158	138.950	231.111
<b>Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consolidado</b>	459.284	227.003	243.632	453.276
<b>EBITDA Consolidado</b>	541.388	297.408	300.841	520.757

<b>Endividamento Financeiro Líquido Consolidado</b>	70.930	184.836	184.836	333.205
<b>Resultado Financeiro Líquido Consolidado</b>	13.767	39.775	36.012	(35.399)
<i>Receitas Financeiras</i>	166.484	184.118	184.118	
<i>Despesas Financeiras</i>	(152.717)	(144.343)	(148.106)	
<b>Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas</b>	(409.856)	(327.901)	(327.901)	(356.084)
<b>Lucro Consolidado por Ação</b>	1,04	0,84	0,86	1,45

Valores em R\$ Mil

O lucro líquido consolidado em 2009 atingiu R\$ 138,9 milhões. O montante representou margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,6%.

Em 2008 o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 231,1 milhões no exercício ou 33,3% mais que o ano de 2007. Isto representou um crescimento da margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 6,9% no ano anterior para 7,6% em 2008.

O lucro líquido consolidado em 2010 atingiu R\$ 249,5 milhões no exercício ou 84,6% mais que o ano de 2009. Isto representou um aumento da margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,5% no ano anterior para 6,7% em 2010.

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

## 2008

### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 72,8% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,2 bilhões no exercício de 2008 contra R\$1,9 bilhão referentes ao mesmo período de 2007 e que representou 73,5% da receita líquida.

### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 833,7 milhões no acumulado de 2008 e representou 27,2% da receita líquida consolidada, um aumento de 24,2% em relação ao mesmo período de 2007, quando o lucro bruto totalizou R\$ 671,1 milhões ou 26,5% da receita líquida consolidada.

### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2008 representaram 12,4% sobre a receita líquida consolidada contra 13,2% no ano de 2007, ficando em R\$ 380,4 milhões (R\$ 334,6 milhões em 2007). Despesas como comissões, fretes e participação nos resultados sofreram aumento de valores no período em função do crescimento da receita e dos resultados. Em termos percentuais houve redução de 0,8 pontos motivada pelos programas e controles orçamentários que visam à redução de custos e despesas.

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 520,8 milhões ou 17,0% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2007 registrou R\$ 388,6 milhões ou 15,4% sobre a receita líquida. As margens de lucro apresentaram crescimento, mesmo com os aumentos de custos de insumos siderúrgicos e reajustes na mão-de-obra.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) reduziu de R\$ 0,6 milhão positivo em 2007, para R\$ 35,4 milhões negativos em 2008.

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2007 era de R\$ 128,1 milhões, passou para R\$ 333,2 milhões no final de dezembro de 2008, o equivalente a um múltiplo de 0,64 do EBITDA. Investimentos já programados e realizados no período, e valorização do dólar em relação ao real, concentrada no segundo semestre sobre as operações financeiras de empréstimos e derivativos foram os fatores a este acréscimo.

**Resultado Não Operacional**

O resultado não operacional no ano de 2008 foi positivo de R\$ 2,0 milhões contra um resultado de R\$ 5,2 milhões positivo em 2007. Parcela significativa do valor de 2007 se refere à venda de ativo da controlada Fras-le realizada no primeiro trimestre de 2007. Já no ano de 2008 não houve eventos de destaque.

**2009****Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos representou 76,59% da receita líquida consolidada ou R\$ 1,9 bilhão no exercício de 2009 contra R\$ 2,2 bilhões referentes ao mesmo período de 2008 e que representou 72,8% da receita líquida.

**Lucro Bruto**

O lucro bruto chegou a R\$ 578,2 milhões no acumulado de 2009 e representou 23,4% da receita líquida consolidada, uma queda de 30,6% em relação ao mesmo período de 2008, quando o lucro bruto totalizou R\$ 833,7 milhões ou 27,2% da receita líquida consolidada.

**Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)**

As despesas operacionais em 2009 representaram 13,5% sobre a receita líquida consolidada contra 12,4% no ano de 2008, ficando em R\$ 334,6 milhões (R\$ 380,4 milhões em 2008). Este acréscimo em termos percentuais está relacionado à redução mais do que proporcional na receita no período.

**Geração Bruta de Caixa (EBITDA)**

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 300,8 milhões ou 12,2% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 520,8 milhões ou 17,0% sobre a receita líquida. As margens de lucro apresentaram queda em virtude da baixa economia de escala, com descolamento das despesas fixas da redução das receitas, baixo poder de barganha em virtude do atual momento econômico e com vistas a aumentar a participação de mercado.

**2010****Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos representou 75,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,8 bilhões no exercício de 2010 contra R\$ 1,9 bilhão referentes ao mesmo período de 2009 e que representou 77,3% da receita líquida.

**Lucro Bruto**

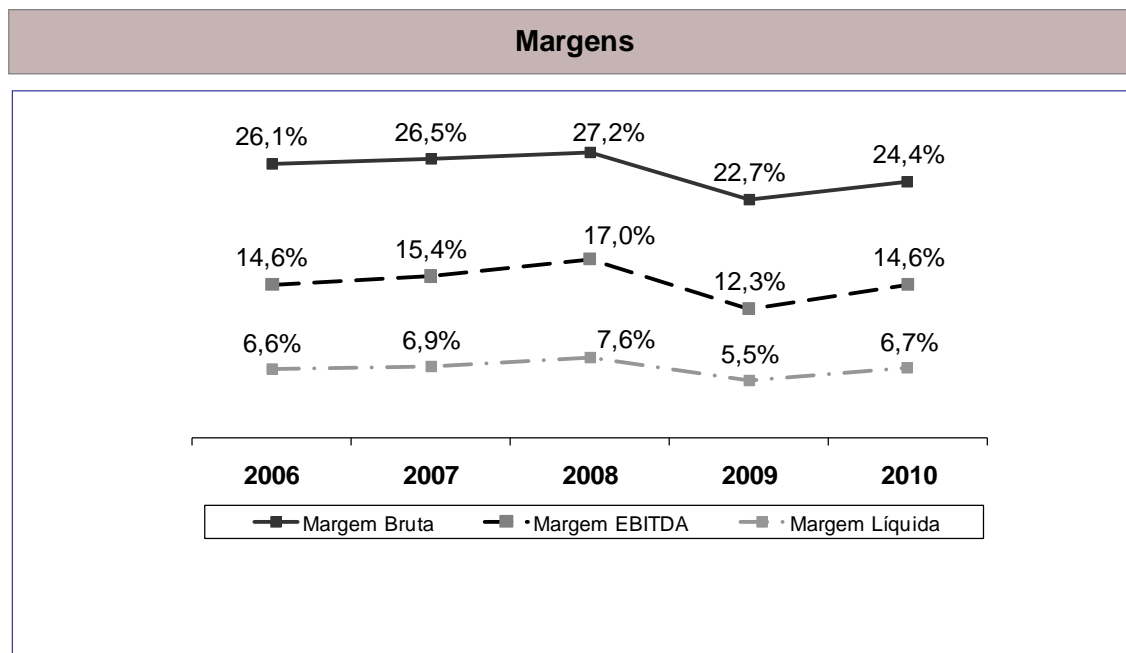
O lucro bruto chegou a R\$ 906,7 milhões no acumulado de 2010 e representou 24,4% da receita líquida consolidada, uma alta de 61,4% em relação ao mesmo período de 2009, quando o lucro bruto totalizou R\$ 561,7 milhões ou 22,7% da receita líquida consolidada.

**Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)**

As despesas operacionais em 2010 representaram 12,0% sobre a receita líquida consolidada contra 13,6% no ano de 2009, ficando em R\$ 447,3 milhões (R\$ 334,7 milhões em 2009). Esta queda em termos percentuais está motivada principalmente pelo crescimento da receita no período.

**Geração Bruta de Caixa (EBITDA)**

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 541,4 milhões ou 14,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2009 havia registrado R\$ 297,4 milhões ou 12,0% sobre a receita líquida. A redução do capital de giro e a melhoria nas margens de lucro geradas pela economia de escala proveniente do desempenho da receita no período são os fatores principais desta boa performance.



Obs: Para cálculo do EBITDA a partir de 2009 foi considerada a Orientação OCPC02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis 2008 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseado na Lei 11.638/07 das Sociedades Anônimas, no que diz respeito a lançamento do resultado não operacional (R\$ 2,0 milhões positivo em 2008) e que agora classifica esta rubrica juntamente com a de receitas/despesas operacionais.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 35,4 milhões negativos em 2008, para R\$ 36,0 milhões positivos em 2009.

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2008 era de R\$ 333,2 milhões, reduziu para R\$ 184,8 milhões no final de dezembro de 2009, o equivalente a um múltiplo de 0,6 do EBITDA. A redução no nível de investimentos e inversão dos resultados nas operações financeiras de derivativos passando de negativos para positivos foram os principais fatores desta mudança.

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 39,8 milhões positivos em 2009, para R\$ 13,8 milhões também positivos em 2010.

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2009 era de R\$ 184,8 milhões, reduziu para R\$ 70,9 milhões no final de dezembro de 2010, o equivalente a um múltiplo de 0,13 do EBITDA. A redução no nível de investimentos e inversão dos resultados nas operações financeiras de derivativos passando de negativos para positivos e taxa de câmbio foram os principais fatores desta mudança.

### 10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2009, foi aprovada a incorporação da controlada direta Randon Veículos Ltda. A

incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

Os montantes incorporados estão assim sumariados (em R\$ milhões):

Ativo circulante	60.020
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo	315
Ativo permanente	2.051
Passivo circulante	(17.015)
Exigível a longo prazo	(809)
Acervo líquido incorporado	<u>44.562</u>

O acervo líquido incorporado inclui o resultado apurado no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2009, assim demonstrado:

Receita líquida de vendas	40.613
Custos dos serviços	(30.138)
Despesas operacionais	(5.352)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(450)
Imposto de renda e contribuição social	(1.038)
Lucro líquido do período	<u>3.635</u>

#### **Constituição de empresa controlada**

Em 28 de setembro de 2009, foi registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul mais uma sociedade controlada, a Randon Investimentos Ltda., da qual a Companhia é detentora de 99,9960% do Capital Social, cuja integralização foi mediante a transferência de recursos financeiros em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 25 milhões, na data de 30 de outubro de 2009. A referida controlada tem por objeto, exclusivamente, a participação em outras sociedades que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta é uma etapa para a constituição do Banco Randon S/A., o qual obteve autorização do Banco Central para dar andamento aos atos societários de sua constituição em 06 de agosto de 2009.

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

### **10.4. Os diretores devem comentar**

#### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

## **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta data para mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 24 de janeiro de 2011.

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado, bem como a descrição dos efeitos de transição das práticas contábeis brasileiras anteriormente adotadas no Brasil para o CPC/IFRS estão demonstradas a seguir:

### **Adoção inicial dos CPCs e IFRS**

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta nota, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS, e foram preparadas em conformidade com o CPC 37 e 43 e com o IFRS1.

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e foram apresentadas em conformidade com o CPC 37 e 43.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação de certas informações contidas nas informações trimestrais (ITRs), de 2010 apresentadas anteriormente, e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou algumas isenções opcionais e algumas exceções de aplicação retrospectiva.

#### Exceções de aplicação retrospectiva

#### Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

#### Isenções adotadas

a) *Custo atribuído:*



A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data de transição (1º de janeiro de 2009). O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 349.369 na controladora e R\$ 1.118.571 no consolidado, um aumento de R\$ 103.262 na controladora e R\$ 276.265 no consolidado, registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Os efeitos decorrentes da adoção do valor justo para esses ativos, em 1º de janeiro de 2009, foram:

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2009 Publicado	Ajuste do custo atribuído	01/01/2009 reapresentado	01/01/2009 Publicado	Ajuste do custo atribuído	01/01/2009 reapresentado
Terrenos e prédios	97.942	91.652	<b>189.594</b>	219.271	178.195	<b>397.466</b>
Máquinas e equipamentos	148.165	11.610	<b>159.775</b>	623.035	98.070	<b>721.105</b>
	<b>246.107</b>	<b>103.262</b>	<b>349.369</b>	<b>842.306</b>	<b>276.265</b>	<b>1.118.571</b>

a) *Benefício a empregados:*

De acordo com as avaliações da Companhia, foi aplicada a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrados os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição foram reconhecidos via outros resultados abrangentes. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, não existem ativos e passivos a serem reconhecidos na data de transição.

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

## Balço patrimonial controladora

	Nota	31/12/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	01/01/2009 Ajustado
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalente de caixa		169.006	-	169.006	129.092	-	129.092
Aplicações de liquidez não imediata		68.513	-	68.513	-	-	-
Clientes		232.389	-	232.389	242.479	-	242.479
Estoques		136.781	-	136.781	106.562	-	106.562
Impostos a recuperar		59.032	-	59.032	31.595	-	31.595
Despesas antecipadas		2.078	-	2.078	1.294	-	1.294
Impostos diferidos	(a)	17.314	(17.314)	-	16.485	(16.485)	-
Outras contas		21.618	-	21.618	30.272	-	30.272
		<u>706.731</u>	<u>(17.314)</u>	<u>689.417</u>	<u>557.779</u>	<u>(16.485)</u>	<u>541.294</u>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Partes Relacionadas		15	-	15	3.961	-	3.961
Cotas de consórcios		12.529	-	12.529	12.424	-	12.424
Impostos diferidos	(a, e)	2.074	18.769	20.843	2.674	17.454	20.128
Impostos a recuperar		12.652	-	12.652	23.371	-	23.371
Depósitos judiciais	(i)	801	800	1.601	347	1.010	1.357
Ativos biológicos	(m)	-	5.625	5.625	-	5.761	5.761
Outras contas	(d)	-	1.698	1.698	88	-	88
		<u>28.071</u>	<u>26.892</u>	<u>54.963</u>	<u>42.865</u>	<u>24.225</u>	<u>67.090</u>
Investimentos	(j,k)	469.899	51.229	521.128	432.269	52.284	484.553
Imobilizado	(b, f, m)	298.181	99.529	397.710	284.861	99.694	384.555
Intangível		13.085	-	13.085	4.727	-	4.727
Diferido	(l)	923	(923)	-	1.171	(1.171)	-
		<u>782.088</u>	<u>149.835</u>	<u>931.923</u>	<u>723.028</u>	<u>150.807</u>	<u>873.835</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>1.516.890</b></u>	<u><b>159.413</b></u>	<u><b>1.676.303</b></u>	<u><b>1.323.672</b></u>	<u><b>158.547</b></u>	<u><b>1.482.219</b></u>
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		70.452	-	70.452	16.499	-	16.499
Financiamentos e empréstimos		34.173	-	34.173	107.826	-	107.826
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	5.811	-	5.811
Adiantamentos de clientes		29.201	-	29.201	34.998	-	34.998
Clientes por mercadoria a entregar		12.679	-	12.679	16.789	-	16.789
Impostos e contribuições		7.174	-	7.174	10.582	-	10.582
Salários e encargos		15.245	-	15.245	9.108	-	9.108
Dividendos		12.158	-	12.158	34.359	-	34.359
Juros sobre o capital próprio		14.578	-	14.578	17.600	-	17.600
Participações dos empregados e Administradores		11.535	-	11.535	15.723	-	15.723
Impostos diferidos	(a)	34	(34)	-	298	(298)	-
Comissões		8.038	-	8.038	6.589	-	6.589
Partes relacionadas		3.818	-	3.818	3.353	-	3.353
Outras contas	(c)	11.384	2.676	14.060	17.868	-	17.868
		<u>230.469</u>	<u>2.642</u>	<u>233.111</u>	<u>297.403</u>	<u>(298)</u>	<u>297.105</u>
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		337.517	-	337.517	192.658	-	192.658
Impostos e contribuições		2.492	-	2.492	751	-	751
Partes relacionadas		51.834	-	51.834	33.405	-	33.405
Impostos diferidos	(a, e)	2.444	37.904	40.348	726	38.542	39.268
Provisão para litígios	(i)	5.301	800	6.101	6.730	1.010	7.740
Outras contas	(c)	2.084	1.123	3.207	3.084	1.124	4.208
		<u>401.672</u>	<u>39.827</u>	<u>441.499</u>	<u>237.354</u>	<u>40.676</u>	<u>278.030</u>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		406.000	-	406.000	400.000	-	400.000
Reservas de capital		55	-	55	-	-	-
Reservas de lucros	(c, d, e, f)	471.562	(7.989)	463.573	378.029	(10.296)	367.733
Reserva de reavaliação		8.002	(8.002)	-	8.047	(8.047)	-
Ajustes acumulados de conversão		(870)	870	-	2.839	(2.839)	-
Resultado abrangente	(b, d, e, j)	-	132.065	132.065	-	139.351	139.351
Total da participação dos controladores		<u>884.749</u>	<u>116.944</u>	<u>1.001.693</u>	<u>788.915</u>	<u>118.169</u>	<u>907.084</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>1.516.890</b></u>	<u><b>159.413</b></u>	<u><b>1.676.303</b></u>	<u><b>1.323.672</b></u>	<u><b>158.547</b></u>	<u><b>1.482.219</b></u>

## Balanço patrimonial consolidado

Ativo	Nota	Efeitos na transição para o IFRS/CPC		Efeitos na transição para o IFRS/CPC		
		31/12/2009 Publicado	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	01/01/2009 Ajustado	
<b>Circulante</b>						
Disponibilidades		616.659	-	616.659	-	316.372
Aplicações de liquidez não imediata		68.513	-	68.513	-	32.222
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	320	320
Clientes		418.509	-	418.509	-	420.675
Estoques		327.028	-	327.028	-	376.237
Impostos a recuperar		112.767	-	112.767	-	80.622
Despesas antecipadas		3.086	-	3.086	-	2.699
Impostos diferidos	(a)	32.828	(32.828)	-	42.456	(42.456)
Direitos por recursos de consórcios		39.280	-	39.280	-	30.574
Outras contas		12.030	-	12.030	-	13.758
		<u>1.630.700</u>	<u>(32.828)</u>	<u>1.597.872</u>	<u>1.315.935</u>	<u>(42.456)</u>
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Cotas de consórcios		24.656	-	24.656	-	25.812
Impostos diferidos	(a, e)	12.265	37.245	49.510	5.556	46.061
Impostos a recuperar		26.532	-	26.532	-	50.730
Depósitos judiciais	(i)	8.013	1.648	9.661	7.389	3.022
Ativos biológicos	(m)	-	5.625	5.625	-	5.761
Outras contas	(d)	16.781	4.292	21.073	17.873	141
		<u>88.247</u>	<u>48.810</u>	<u>137.057</u>	<u>107.360</u>	<u>54.985</u>
Investimentos		44.557	-	44.557	-	39.053
Imobilizado	(b, m, f)	770.252	261.380	1.031.632	726.574	272.696
Intangível		31.297	-	31.297	-	12.773
Diferido	(l)	12.177	(12.177)	-	14.069	(14.069)
		<u>858.283</u>	<u>249.203</u>	<u>1.107.486</u>	<u>792.469</u>	<u>258.627</u>
		<u>2.577.230</u>	<u>265.185</u>	<u>2.842.415</u>	<u>2.215.764</u>	<u>271.156</u>
						<u>2.486.920</u>

	Nota	31/12/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	01/01/2009 Ajustado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		146.134	-	146.134	71.082	-	71.082
Financiamentos e empréstimos		166.699	-	166.699	225.231	-	225.231
Instrumentos financeiros derivativos		43	-	43	27.372	-	27.372
Adiantamentos de clientes		34.377	-	34.377	43.857	-	43.857
Clientes por mercadoria a entregar		19.167	-	19.167	20.704	-	20.704
Impostos e contribuições		23.144	-	23.144	25.961	-	25.961
Salários e encargos		44.319	-	44.319	34.884	-	34.884
Dividendos		15.765	-	15.765	46.531	-	46.531
Juros sobre o capital próprio		22.359	-	22.359	26.640	-	26.640
Participações dos empregados e Administradores		29.151	-	29.151	34.531	-	34.531
Impostos diferidos	(a)	277	(277)	-	3.152	(3.152)	-
Imposto de renda e contribuição Social		1.844	-	1.844	1.826	-	1.826
Obrigações por recursos de consorciados		39.280	-	39.280	30.574	-	30.574
Comissões		12.275	-	12.275	10.408	-	10.408
Partes relacionadas		5.498	-	5.498	10.920	-	10.920
Outras contas	(c)	26.357	4.184	30.541	33.710	373	34.083
		586.689	3.907	590.596	647.383	(2.779)	644.604
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		703.266	-	703.266	429.516	-	429.516
Impostos e contribuições		7.124	-	7.124	11.285	-	11.285
Partes relacionadas		56.599	-	56.599	34.254	-	34.254
Impostos diferidos	(a, e)	4.381	93.597	97.978	738	100.218	100.956
Provisão para litígios	(i)	11.100	1.648	12.748	9.693	3.022	12.715
Outras contas		1.751	-	1.751	3.795	-	3.795
		784.221	95.245	879.466	489.281	103.240	592.521
Participação de acionistas não controladores	(h)	322.181	(322.181)	-	291.619	(291.619)	-
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		406.000	-	406.000	400.000	-	400.000
Reservas de capital		55	-	55	-	-	-
Reservas de lucros	(c,d,e,f)	470.952	(7.379)	463.573	376.595	(8.862)	367.733
Reserva de reavaliação		8.002	(8.002)	-	8.047	(8.047)	-
Ajustes acumulados de conversão		(870)	870	-	2.839	(2.839)	-
Resultado abrangente	(b,d,e,j,l)	-	132.065	132.065	-	139.351	139.351
Total da participação dos controladores		884.139	117.554	1.001.693	787.481	119.603	907.084
Participação de acionistas não controladores		-	370.660	370.660	-	342.711	342.711
Total do patrimônio líquido		884.139	488.214	1.372.353	787.481	462.314	1.249.795
Total do passivo e patrimônio líquido		2.577.230	265.185	2.842.415	2.215.764	271.156	2.486.920

## Demonstração do resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Nota	Controladora			Consolidado		
		BRGAAP anterior publicado	Efeitos de transição	CPC/IFRS ajustado	BRGAAP anterior publicado	Efeitos de transição	CPC/IFRS ajustado
Receita operacional líquida	(k)	994.351	2.374	996.725	2.469.544	-	2.469.544
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(c,d,g,k,l)	(813.173)	(6.573)	(819.746)	(1.891.357)	(16.494)	(1.907.851)
Lucro bruto		181.178	(4.199)	176.979	578.187	(16.494)	561.693
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas		(79.484)	-	(79.484)	(205.562)	-	(205.562)
Administrativas e gerais		(41.585)	-	(41.585)	(113.188)	-	(113.188)
Honorários da administração		(4.284)	-	(4.284)	(9.151)	-	(9.151)
Resultado de equivalência patrimonial	(j)	93.770	(2.691)	91.079	-	-	-
Despesas financeiras	(f)	(71.709)	2.498	(69.211)	(148.106)	3.763	(144.343)
Receitas financeiras		80.471	-	80.471	184.118	-	184.118
Outras (despesas) receitas líquidas	(m)	(4.456)	(135)	(4.591)	(6.654)	(135)	(6.789)
		(27.277)	(328)	(27.605)	(298.543)	3.628	(294.915)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias		153.901	(4.527)	149.374	279.644	(12.866)	266.778
Imposto de renda e contribuição social	(e)	(11.774)	1.559	(10.215)	(63.098)	5.796	(57.302)
Participação dos administradores nos lucros		(4.001)	-	(4.001)	(7.970)	-	(7.970)
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores		138.126	(2.968)	135.158	208.576	(7.070)	201.506
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	(69.626)	3.278	(66.348)
Lucro líquido do exercício		138.126	(2.968)	135.158	138.950	(3.792)	135.158

### Lucro líquido e patrimônio líquido da Companhia

	Nota	Controladora		
		Lucro líquido	Patrimônio líquido	
		31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
Saldos do BRGAAP anteriormente publicado		138.126	884.749	788.915
Valor atribuído do imobilizado	(b)	-	103.262	103.262
Valor atribuído do ativo biológico	(m)	-	2.193	2.193
Resultado abrangente nas controladas	(j)	(2.690)	51.033	53.334
Baixa do ativo diferido	(l)	248	(923)	(1.171)
Lucro não realizado (descendente) nos estoques	(k)	1.247	198	(1.049)
Lucro não realizado ativo imobilizado	(k)	-	(1.123)	(1.123)
Depreciação	(g)	(2.664)	(2.664)	-
Venda do ativo biológico	(m)	(136)	(136)	-
Provisão desvinculo	(c)	(2.676)	(2.676)	-
Avaliação atuarial	(d)	(354)	1.698	-
Despesas financeiras	(f)	2.498	2.498	-
Impostos diferidos	(e)	1.559	(36.416)	(37.277)
Saldos rerepresentados		135.158	1.001.693	907.084

	Nota	Consolidado		
		Lucro líquido	Patrimônio líquido	
		31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
Saldos do BR GAAP anteriormente publicado		138.950	884.139	787.481
Valor atribuído do imobilizado	(b)	-	276.265	276.265
Valor atribuído do ativo biológico	(m)	-	2.192	2.192
Baixa do ativo diferido	(l)	-	(13.929)	(13.929)
Depreciação	(g)	(15.079)	(15.079)	-
Venda do ativo biológico	(m)	(136)	(136)	-
Baixa da amortização do ativo diferido	(l)	1.815	1.815	-
Provisão desvinculo	(c)	(3.811)	(4.184)	(373)
Avaliação atuarial	(d)	580	4.227	-
Despesas financeiras	(f)	3.763	3.763	-
Participação dos não controladores	(h)	3.278	322.181	291.619
Impostos diferidos	(e)	5.798	(88.901)	(93.460)
Saldos rerepresentados		135.158	1.372.353	1.249.795

## Fluxos de caixa da Companhia - 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	BRGAAP anterior publicado	Ajustes de transição	CPC/IFRS Ajustado	BRGAAP anterior publicado	Ajustes de transição	CPC/IFRS Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	49.878	3.383	53.261	248.428	(176)	248.252
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(47.821)	(3.383)	(51.204)	(123.297)	176	(123.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	37.857	-	37.857	300.287	-	300.287

- (a) Refere-se a reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos, que no BRGAAP anterior os saldos foram apresentados no circulante e não circulante, conforme expectativa de realização, e na adoção dos CPCs e do IFRS foram integralmente reclassificados como não circulante;
- (b) A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo denominado “custo atribuído”, em 1º de janeiro de 2009, vide maiores detalhes na Nota 4.a;
- (c) Refere-se a provisão para desvinculo de funcionário quando de sua aposentadoria conforme política da Companhia que consiste em pagamento de 1,5 salário nominal na data da aposentadoria;
- (d) A adoção do pronunciamento técnico CPC33 - Benefício a Empregados originou o registro contábil de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários no ativo não circulante no montante de R\$ 1.698 em contra partida do patrimônio líquido no valor de R\$ 2.052 e despesa no resultado do exercício no valor de R\$ 354, na controladora e no montante de R\$ 4.227 no ativo não circulante em contra partida de uma receita no patrimônio líquido no valor de R\$ 3.647 e receita no resultado do exercício no valor de R\$ 580, no consolidado;
- (e) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes necessários para a transição para os CPCs e IFRS;
- (f) Refere-se a reclassificação de juros sobre empréstimos relacionados com construções de ativos qualificáveis, registrados anteriormente como despesa financeira na demonstração do resultado. Pela adoção do pronunciamento técnico CPC20 – Custo de Empréstimos, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.498 na controladora, e R\$ 3.763 no consolidado, no ativo imobilizado referente a custos de empréstimos relacionados com bens qualificáveis, em contra partida do resultado;
- (g) Refere-se ao cálculo da depreciação do exercício de 2009 no montante de R\$ 2.664 na controladora e R\$ 15.079 no consolidado, sobre o incremento ao valor do imobilizado, pela adoção do custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009;
- (h) Refere-se a participação de acionistas não controladores, que anteriormente, era destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido. Pela adoção do CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária;
- (i) Refere-se a reclassificação de depósito judicial para o ativo não circulante, uma vez que conforme CPC 37 e IFRS 1, uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida;
- (j) Refere-se aos reflexos dos ajustes dos CPC's nas controladas;
- (k) Eliminação do lucro não realizado nos estoques de operações descendentes, conforme CPC 18 investimento em coligada e em controlada;
- (l) Até 31 de dezembro de 2009, conforme o BRGAAP vigente na época, a Companhia capitalizava os gastos pré operacionais como ativo diferido. Os gastos pré operacionais que não puderam ser atribuídos ao custo de imobilizado ou a formação de ativos intangíveis foram lançados como despesa. Desta forma o saldo da controladora de R\$ 1.171 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 923 em 31 de dezembro de 2009, bem com a amortização de R\$ 248, e no consolidado de R\$ 14.069 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 12.177 em 31 de dezembro de 2009, bem como a amortização de R\$ 1.815, reconhecidas no resultado de 2009, foram ajustadas para o resultado dos períodos;

(m) Refere-se à reclassificação do saldo de reflorestamento (classificável como ativo biológico), que no BRGAAP anterior estavam apresentados no ativo permanente (imobilizado), e quando da adoção dos CPCs e do IFRS passaram a ser registrados no ativo não circulante. Os ativos biológicos da Companhia foram mensurados a valor justo em 1º de janeiro de 2009, com base em laudo de perito especializado.

### **Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziu impacto significativo nestas

demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (ementa) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (ementa) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (ementa) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (ementa) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (ementa) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de Concessão;
- IFRIC 13 – Programa de Fidelização de Clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes;
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve.

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### **Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

#### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

#### Prestação de serviços



A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### Dividendos

A receita com dividendos é reconhecida quando o direito de recebê-lo está estabelecido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

##### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

##### ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### **Aplicação financeira de liquidez não imediata**

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.24. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### **Contas a receber de clientes**

*As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de*

*responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.*

*Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.*

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

## **Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Cotas de consórcio**

*Avaliado pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.*

## **Investimentos**

*Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.*

*Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.*

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

## **Imobilizado**

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

*Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.*

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

### **Custos de empréstimos**

*Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.*

## **Arrendamentos mercantis**

### *Arrendamento financeiro*

*Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.*

### *Arrendamento operacional*

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

## Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Software e licenças	5 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

*Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.*

*O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.*

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Provisões

### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Tributação

### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 20%	0% a 20%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de

sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em

consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada e estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

## **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

*A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.*

*Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.*

## **Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 25). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações , básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

## **Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos

cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

## **Demonstrações dos fluxos de caixa**

*As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.*

### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

#### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### *Investimentos mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a



Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A partir de 2010 a sua Controlada Fras-le S.A. passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar

a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

### **Informação por segmento**

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

### **10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:**

#### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Randon mantém uma estrutura de Auditoria Interna, buscando avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de

controles internos e compliance na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais frameworks de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Baseados em nosso conhecimento e nos trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras da Randon, informamos desconhecer aspectos que possam comprometer de maneira significativa a adequação das nossas demonstrações financeiras às práticas contábeis adotadas no Brasil.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

**10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2009 foram contabilizados R\$ 123,3 milhões em investimentos. O ano foi marcado pela conclusão de vários projetos do Plano Plurianual de Investimentos, para o período 2005/2009.

No 1T09, a Randon iniciou as operações do novo sistema de pintura E-coat. O processo recebeu investimentos de R\$ 70 milhões e incorpora aos produtos da Companhia diferencial competitivo relevante e inédito no setor. Já utilizando a nova pintura, e em comemoração aos 60 anos da empresa, foi lançada a nova Linha Graneleira Série 60 anos, com garantia diferenciada, de cinco anos, na pintura do chassi. O diferencial de tecnologia é importante argumento mercadológico no atual momento de mercado.

O ano de 2009 também foi marcado pela conclusão de dois grandes empreendimentos: O campo de Provas das Empresas Randon e o parque fabril da Castertech Tecnologia e Fundação, mais nova controlada do conglomerado e que entrou em operação no 4T09. A Castertech, quando em produção total, terá capacidade de produção de 30 mil toneladas/ano de fundidos e o faturamento estimado é de R\$ 100 milhões. A produção será inicialmente direcionada a atender a demanda das Empresas Randon.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2009:

**INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2009**

IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Suspensys	Veiculos	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Castertech	Total
Máquinas	9.540	12.760	2.424	1.833	8.163			208	456		6.203	41.587
Prédios	9.223	10.038	3.303	41	5.026				8		4.487	32.126
Terrenos	8										965	973
Ferramentais	5.393	2.721	687	1.512	2.527			37	163		618	13.658
Benfeitorias	2.539	28							77		1.243	3.887
Veiculos	1.532	174	44		20			61	376		251	2.458
Móveis e Utensílios	359	274	283	5	109	3	25	6	34	3	337	1.438
Equip. de Laboratório	179			52							293	524
Informática	10.732	831	111	89	139	82	139	28	127		291	12.569
Outros	759			279				(1.993)	2.655		12.357	14.057
<b>TOTAL:</b>	<b>40.264</b>	<b>26.826</b>	<b>6.852</b>	<b>3.811</b>	<b>15.984</b>	<b>85</b>	<b>164</b>	<b>(1.653)</b>	<b>3.896</b>	<b>3</b>	<b>27.045</b>	<b>123.277</b>
<b>INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)</b>	<b>18</b>						<b>1</b>					<b>19</b>
<b>TOTAL GERAL (Reais Mil)</b>	<b>40.282</b>	<b>26.826</b>	<b>6.852</b>	<b>3.811</b>	<b>15.984</b>	<b>85</b>	<b>165</b>	<b>(1.653)</b>	<b>3.896</b>	<b>3</b>	<b>27.045</b>	<b>123.296</b>

(\*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.

Em 2010 foram contabilizados R\$ 190,5 milhões em investimentos. Em 2010 as Empresas Randon iniciaram a implantação do novo ERP. O contrato foi fechado em DEZ/2009 com a SAP. A integração dos processos de negócios é fundamental para facilitar a sinergia entre as empresas do grupo. O investimento irá suportar o crescimento das receitas e o projeto de internacionalização da Randon e suas controladas. Os demais investimentos estão distribuídos em instalações, com a conclusão do prédio do complexo RH, início da implantação do projeto de nova expedição na Randon Implementos e melhorias e ampliação de capacidade nas instalações industriais das Empresas Randon como um todo.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2010:

**AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2010**

IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Suspensys	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	19.222	22.834	4.486	2.256	9.719	0	390	884			1.753	0	61.544
Prédios	5.577	1.164	1.998	22	1.255	0	33	0			1.235	0	11.284
Terrenos	25.463	0	0	0	0	0	0	0			5	0	25.468
Ferramentais	6.078	6.952	594	1.135	5.479	0	66	105			85	0	20.494
Benfeitorias	5.388	0	0	29	0	0	0	383			862	0	7.263
Veiculos	1.560	475	95	0	107	0	0	6			111	180	2.534
Móveis e Utensílios	1.515	942	1.741	53	198	64	17	223	2	13	214	190	5.172
Equip. de Laboratório	386	0	0	52	505		0	0			519	0	1.462
Informática	21.149	408	236	466	6.175	670	45	293			80	265	29.787
Outros / Intangível	2.854	7.831	4.155	236	991	0	15	6.891			2.527	18	25.518
<b>TOTAL:</b>	<b>89.793</b>	<b>40.606</b>	<b>13.305</b>	<b>4.249</b>	<b>24.429</b>	<b>734</b>	<b>566</b>	<b>8.785</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>7.391</b>	<b>653</b>	<b>190.526</b>
<b>INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)</b>													<b>0</b>
<b>TOTAL GERAL (Reais Mil)</b>	<b>89.793</b>	<b>40.606</b>	<b>13.305</b>	<b>4.249</b>	<b>24.429</b>	<b>734</b>	<b>566</b>	<b>8.785</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>7.391</b>	<b>653</b>	<b>190.526</b>

(\*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.

## ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, cfe. já demonstrado anteriormente.

### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a comentar.

### Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, na AGO a ser realizada no dia 18 de abril de 2011

### 12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

#### Conselho de Administração:

	<b>Raul Anselmo Randon</b>	<b>Alexandre Randon</b>	<b>Hugo Eurico Irigoyen Ferreira</b>
a. Nome:	Raul Anselmo Randon	Alexandre Randon	Hugo Eurico Irigoyen Ferreira
b. Idade	81 anos	48 anos	72 anos
c. Profissão	Empresário	Engenheiro mecânico	Engenheiro mecânico
d. CPF	004.273.900-44	468.801.000-15	001.983.310-53
e. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-presidente do Conselho de Administração	Conselheiro de Administração
f. Data da eleição	08/04/2009	08/04/2009	08/04/2009
g. Data da posse	23/04/2009	23/04/2009	23/04/2009
h. Prazo do mandato	2 anos	2 anos	2 anos
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	Diretor-vice-presidente	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim

#### Conselho Fiscal:

<b>Membros Titulares</b>			
	<b>Maria Tereza Casagrande</b>	<b>Carlos Osvaldo Pereira Hoff</b>	<b>João Carlos Sfreddo</b>
a. Nome:	Maria Tereza Casagrande	Carlos Osvaldo Pereira Hoff	João Carlos Sfreddo
b. Idade	61 anos	63 anos	64 anos
c. Profissão	Contadora	Contador	Contador
d. CPF	181.460.660-20	055.286.900-72	008.936.920-34
e. Cargo eletivo ocupado	-0-	Conselheiro Fiscal Titular	-0-
f. Data da eleição	-0-	08/04/2010	-0-
g. Data da posse	-0-	06/05/2010	-0-
h. Prazo do mandato	-0-	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim

<b>Membros Suplentes</b>			
	<b>Paulo Poletto</b>	<b>Orly Casara</b>	<b>Werner Bornholdt</b>
a. Nome:	Paulo Poletto	Orly Casara	Werner Bornholdt
b. Idade	65 anos	66 anos	61 anos
c. Profissão	Economista	Contador	Economista
d. CPF	025.730.678-15	008.125.600-00	320.629.828-87
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente	Conselheiro Fiscal Suplente	-0-
f. Data da eleição	08/04/2010	08/04/2010	-0-
g. Data da posse	-0-	-0-	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-	-0-

j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim
--	-----	-----	-----

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

Não se aplica

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
  - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
  - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
  - i. qualquer condenação criminal
  - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
  - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

### **Conselho de Administração**

#### **Raul Anselmo Randon**

- a. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) - Diretor-presidente até abril de 2009 e Presidente do Conselho de Administração até esta data – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Fras-le S.A. (Companhia Aberta) – Diretor-presidente até abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração até esta data – Atividade principal: indústria de materiais de fricção – sociedade controlada da Randon S.A. Implementos e Participações; Rasip Agro Pastoril S.A. (Companhia Aberta) – Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração – Atividade principal: cultivo e comercialização de maçãs e fabricação de queijos e outros derivados do leite – sociedade sob controle comum da Dramd Participações e Administração Ltda; e, Dramd Participações e Administração Ltda. – sócio-diretor – Atividade principal: holding detentora de participações societárias da Randon S.A. Implementos e Participações e da Rasip Agro Pastoril S.A.
- b. Não possui condenações criminais e não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Em relação a processo administrativo perante a CVM, na seção de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 22/04, realizada no dia 20 de junho de 2007, houve a condenação ao pagamento de multas, por descumprimento do disposto no Art. 155, § 1º da Lei 6.404/76, e do caput do Artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02. Por entender que há equívocos na decisão proferida pelo Colegiado da CVM, foi interposto recurso, com efeito suspensivo da decisão, junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), que se encontra pendente de julgamento.



**Alexandre Randon**

- a. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – Diretor-vice-presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Rasip Agro Pastoril S.A. (Companhia Aberta) – Membro do Conselho de Administração – Atividade principal: cultivo e comercialização de maçãs e fabricação de queijos e outros derivados do leite – sociedade sob controle comum da acionista controladora Dramd Participações e Administração Ltda.
- b. Não possui condenações criminais e não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial. Em relação a processo administrativo perante a CVM, na seção de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 22/04, realizada no dia 20 de junho de 2007, houve a condenação ao pagamento de multas, por descumprimento do disposto no Art. 155, § 1º da Lei 6.404/76, e do caput do Artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02. Por entender que há equívocos na decisão proferida pelo Colegiado da CVM, foi interposto recurso, com efeito suspensivo da decisão, junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), que se encontra pendente de julgamento.

**Hugo Eurico Irigoyen Ferreira**

- a. Caribor Tecnologia da Borracha Ltda. - Conselheiro – Atividade principal: empresa de tecnologias da produção de peças de borracha e soluções em elastômeros moldados. Rudolph Usinagem de Precisão Ltda. – Conselheiro – Atividade principal: indústria de sistemas de alimentação e injeção de combustível, de câmbio, de freios, de direção, motores diesel e eixos de caminhão, para a indústria automotiva; SAE Brasil Seção PR/SC - Diretor de Associação – Atividade principal: associação sem fins lucrativos que congrega pessoas físicas (engenheiros, técnicos e executivos) unidas pela missão promover o avanço e a disseminação do conhecimento da tecnologia da mobilidade através da formação, desenvolvimento e interação dos profissionais dos setores empresarial, governamental e acadêmico, com responsabilidades social e ambiental; Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) - Membro do Conselho Automotivo; TAC Tecnologia Automotiva Catarinense – membro do Conselho Consultivo; Consulmerc - Consultoria de Negócios do Mercosul – sócio – empresa de consultoria na área de negócios; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – membro do Conselho de Administração – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões;
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Conselho Fiscal – membros titulares****Maria Tereza Casagrande**

- a. Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta) – Gerente Administrativa Corporativa, responsável pelas áreas corporativas de Recursos Humanos, Controladoria e Jurídica, até 31 de dezembro de 2010 – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura – Diretora Administrativa – Atividade principal: associação sem fins lucrativos (OSCIP), que atende crianças de sete a 14 anos no turno inverso ao turno escolar; CENEX – Centro de Excelência Empresarial – Diretora – Atividade principal: associação sem fins lucrativos que tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento dos executivos das empresas associadas; SIMECS Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul – Coordenadora da Comissão de Relações do Trabalho. Não ocupou cargo de administradora em Companhia Aberta nos últimos cinco anos.

- b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Carlos Osvaldo Pereira Hoff**

- a. Exacto Auditoria S.S. - Sócio-diretor de auditoria – empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, integrante do grupo econômico da empresa Exacto Serviços Tributários SS Ltda; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – membro titular do Conselho Fiscal – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**João Carlos Sfreddo**

- a. Sfreddo Serviços Contábeis S.S. – sócio; Ernst & Young Auditores S.S. – sócio responsável pelos escritórios de Porto Alegre, Curitiba, Blumenau até dezembro de 2009, quando se desligou daquela empresa. Não ocupou cargo de administrador em companhias abertas nos últimos cinco anos.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Conselho Fiscal – membros suplentes****Werner Bornholdt**

- a. Werner Bornholdt Consultores de Empresas SS – Diretor-presidente - prestação de serviços de consultoria na área econômica; Medabil Sistemas Construtivos S.A. – Presidente do Conselho de Administração; Soprano Eletrometalurgica e Hidráulica Ltda. – membro do Conselho de Administração; Freios Controil Ltda. – Conselheiro; Memphis S/A – Conselheiro; Expresso Mercúrio S.A. – Conselheiro; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia aberta) – membro titular do Conselho Fiscal até abril de 2009 - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Orly Casara**

- a. Universidade de Caxias do Sul (Fundação de ensino superior) - professor do curso de graduação de Ciências Contábeis e orientador de trabalhos monográficos na área de análise de demonstrações contábeis. Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – membro suplente do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Paulo Poletto**

- a. Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S.A. - Diretor Administrativo e Financeiro – Atividade principal: locação para eventos e feiras; - Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais (entidade sem fins lucrativos) - Diretor Administrativo e Financeiro – Atividade principal: agenciamento e realização de eventos voltados para feiras e ao empreendedorismo; PP Assessoria Empresarial Ltda. – Sócio-gerente – Atividade principal: empresa de assessoria empresarial nas áreas de administração geral, planejamento estratégico e custos; e, Randon S.A. Implementos e Participações

(Companhia Aberta) – membro suplente do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões. Foi Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores da empresa Agrale S.A. (enquanto era Companhia Aberta)

- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal na AGO de 18 de abril de 2011, somente as pessoas abaixo relacionadas têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

**Raul Anselmo Randon – Presidente do Conselho de Administração**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Pai de Alexandre Randon: Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia
- ⇒ Pai de David Abramo Randon: Diretor-presidente da Companhia
- ⇒ Pai de Daniel Raul Randon: Diretor-presidente da controlada Fras-le S.A.

**Alexandre Randon – Vice-presidente do Conselho de Administração**

Pessoas Relacionadas:

- ⇒ Filho de Raul Anselmo Randon: Presidente do Conselho de Administração Companhia
- ⇒ Irmão de David Abramo Randon: Diretor-presidente da Companhia
- ⇒ Irmão de Daniel Raul Randon: Diretor-presidente da controlada Fras-le S.A.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos a administradores e fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

**Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência****13. Remuneração dos administradores****13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:****a. objetivos da política ou prática de remuneração**

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e não estatutários e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em treze parcelas, sendo duas pagas no mês de dezembro. Da mesma forma é o pagamento dos diretores não estatutários, sendo que estes têm vínculo empregatício com a Companhia.

**b. composição da remuneração, indicando:****i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração é composta de honorários fixos, de remuneração variável (representada por participação nos lucros), previdência privada e assistência médica.

Os honorários fixos têm por objetivo remunerar os administradores e fiscais pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado; a participação nos lucros visa desafiar a gestão a cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico; a previdência privada busca garantir renda suplementar no período pós-carreira; e, a assistência médica tem como propósito facilitar seu acesso à saúde, bem como de seus dependentes, quando for o caso.

A diretoria não estatutária recebe participação nos lucros, sendo que a referência para o cálculo é o lucro gerado, em relação à meta do lucro estabelecida no planejamento estratégico anual.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração fixa, correspondente a 10% da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Não existe proporção fixa, podendo esta variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração. A participação nos lucros dos administradores obedece aos limites estabelecidos na Lei 6404/76.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários	45,59%	53,95%	100%
	Participação nos lucros	52,51%	44,07%	N/A
	Previdência Privada	1,56%	1,72%	N/A
	Assistência Médica	0,34%	0,26%	N/A
2010	Honorários	43,90%	61,48%	100%
	Participação nos lucros	54,31%	36,31%	N/A
	Previdência Privada	1,41%	1,82%	N/A
	Assistência Médica	0,38%	0,39%	N/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários obedecem a indicadores de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas, bem como parâmetros de inflação; e, a participação nos lucros o desafio de otimizar os lucros da Companhia e a superação das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham práticas de mercado, através de pesquisa específica realizada anualmente e a participação nos lucros acompanha o desempenho da Companhia pelo lucro gerado em cada exercício.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

a. Órgão

Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

b. número de membros

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	4	5	3*
2010	4	5	3
2011	4	5	3

\* No ano de 2009 até o mês de maio o Conselho Fiscal era composto por 5 membros titulares e após maio de 2010 passou a ser integrado por 3 membros titulares.  
\* Em 2011 são 3 membros efetivos do Conselho Fiscal com mandato até a AGO, após a AGO poderão ser eleitos 5 membros.

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês – Não se aplica
- outros – Não se aplica

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários	2.003.519,00	2.073.511,00	207.086,00
	Assistência Médica	14.702,00	9.801,00	N/A
2010	Honorários	2.419.820,00	2.181.107,00	181.506,00
	Assistência Médica	21.000,00	14.000,00	N/A
Previsão* 2011	Honorários	2.882.000,00	2.618.000,00	340.000,00
	Assistência Médica	22.200,00	14.800,00	N/A

Os cargos de Diretor-vice-presidente e de Vice-presidente do Conselho de Administração são ocupados pela mesma pessoa e seus honorários são pagos parte pelo exercício do cargo de Diretor e parte pelo exercício do cargo de Conselheiro, sendo demonstrada parcialmente nos dois órgãos.

\* O valor dos honorários previstos para 2011 levam em consideração o montante a ser submetido à deliberação na AGO, uma vez o Conselho de Administração ainda não fixou os valores individualizados, devendo fazê-lo após a realização da referida AGO. Quando da apresentação do Formulário de Referência os valores serão atualizados

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus – não se aplica
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões – não se aplica
- comissões – não se aplica
- outros – não se aplica

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros a quem foi atribuída	3	2	N/A
	Participação nos lucros	2.307.500,00	1.693.900,00	N/A
2010	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	N/A
	Participação nos lucros	2.993.640,00	1.288.066,00	N/A
Previsão 2011	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	N/A
	Participação nos lucros	3.530.960,00	1.519.040,00	N/A

A participação nos lucros relativa ao exercício de 2011 é estimativa, uma vez que a mesma será calculada com base nos lucros do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011.

iii. benefícios pós-emprego

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros a quem foi atribuída	1	1	N/A
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	68.487,00	66.298,00	N/A
2010	Nº de membros a quem foi atribuída	1	1	N/A
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	77.312,00	64.453,00	N/A
Previsão 2011	Nº de membros a quem foi atribuída	1	1	N/A
	Plano de Previdência Privada – Randonprev	105.200,00	68.048,00	N/A

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não se aplica

v. remuneração baseada em ações

Não se aplica

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	4.394.208,00	3.843.510,00	207.086,00
2010	5.511.772,00	3.547.626,00	181.506,00
Previsão 2011	6.540.360,00	4.219.888,00	340.000,00

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Valor total em R\$
2009	8.444.795,00
2010	9.240.904,00
Previsão 2011	11.100.248,00

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. Órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

(em R\$)	Participação nos Lucros	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
<b>2009</b>	Nº de membros	3	2	N/A	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	Não estava previsto
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	10% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	2.307.500,00	1.693.900,00	N/A	4.001.400,00
<b>2010</b>	Nº de membros	4	1	N/A	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não estava previsto	Não estava previsto	N/A	10% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	2.993.640,00	1.288.066,00	N/A	4.281.706,00
<b>Previsão 2011</b>	Nº de membros	4	1	N/A	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	Não há previsão	N/A	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	Não há previsão	N/A	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	Não há previsão	Não há previsão	N/A	10% do lucro líquido
	Valor previsto para o exercício	3.530.960,00	1.519.040,00	N/A	5.050.000,00

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- termos e condições gerais
- principais objetivos do plano
- forma como o plano contribui para esses objetivos
- como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- número máximo de ações abrangidas
- número máximo de opções a serem outorgadas
- condições de aquisição de ações
- critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- critérios para fixação do prazo de exercício
- forma de liquidação
- restrições à transferência das ações
- critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos,**



**sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

<b>Companhia (Randon S.A. Implementos e Participações) – 31/12/2010</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	538	1.992	2.530
Diretoria Estatutária	40.055	3.423.952	3.464.007
Conselho Fiscal	0	0	0
<b>Sociedade Controlada (Fras-le S.A.) – 31/12/2010</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	4.062	99.093	103.155
Diretoria Estatutária	2	1.047.790	1.047.792
Conselho Fiscal	0	0	0

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de remuneração em ações

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício

- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não se aplica

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros participantes do plano	3	2
Nome do plano	Randonprev	Randonprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	7.570.225,00	1.441.014,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	77.312,00	64.453,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não existe	Não existe

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

- órgão
- número de membros
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual

Ano	(em R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de Membros	4	5	3
	Maior Remuneração	685.240,00	984.180,00	57.389,00
	Menor Remuneração	245.420,00	131.326,00	57.389,00
	Média da Remuneração	525.025,00	383.699,60	57.389,00
2010	Nº de Membros	4	5	3
	Maior Remuneração	733.330,00	1.262.138,00	60.500,00
	Menor Remuneração	219.470,00	140.528,00	60.500,00
	Média da Remuneração	604.865,00	439.516,40	60.500,00

\* Os cargos de Diretor-vice-presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração são ocupados pela mesma pessoa e seus honorários são pagos parte pelo exercício do cargo de Diretor e parte pelo exercício do cargo de Conselheiro, sendo demonstrada parcialmente nos dois órgãos.

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não se aplica

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	40%	62%	00%
2010	46%	88%	00%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não se aplica

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Os valores reconhecidos no resultado da controlada Fras-le S.A., demonstrados na tabela abaixo, referem-se à remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal daquela Controlada, que integram os órgãos da administração e o Conselho Fiscal da Companhia.

FRAS-LE S.A. (em R\$)				
Órgão	Nº de membros	2008	2009	2010
Conselho de Administração	1	280.276,00	298.092,00	536.340,00
Diretoria Estatutária	1	304.009,00	323.487,00	101.580,00*
Conselho Fiscal	1	38.556,00	39.690,00	43.966,00

\* Os valores recebidos pelo membro da Diretoria Estatutária refere-se somente aos meses de janeiro a abril de 2010, a partir de maio de 2010 o Diretor deixou a Diretoria daquela empresa.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**